

APRESENTAÇÃO

Políticas do Desejo Desfigurações do Corpo

Ana Kiffer

Carlos Augusto Peixoto Junior

Pretendemos, com este eixo temático do número 21 da *Lugar Comum*, abordar, entrelaçar, discutir, discordar e afirmar desejos através de um espaço múltiplo, diverso e oriundo de meios distintos de reflexão, mas que se guia por interrogações e angústias comuns. O comum deve ser entendido no duplo sentido, de algo que pertence a **todos** e também de algo **trivial**, que abrace o qualquer. As perguntas que norteiam esses trabalhos desembocam na possibilidade permanente de se reinventar, de se recriar caminhos possíveis de existência no mundo contemporâneo. Tais perguntas partem do pressuposto -também comum- de que as transformações e as experiências do século XX (no plano econômico, político e subjetivo) exigem hoje ainda a interrogação diante das formas petrificadas, sejam estas do saber ou do sujeito. O recriar e o reinventar é visto aqui como condição de possibilidade para emergência de outras formas, talvez mais *informes* e transitórias, de pensar e viver.

No artigo intitulado *A Desidentidade*, escrito por Évelyne Grossman, os editores deste número encontraram, de maneira resumida e concentrada, os eixos cruciais de nossa empreitada. Dessa forma, tal texto deverá também ser lido como uma introdução possível aos questionamentos que se desdobrarão e se multiplicarão nos artigos seguintes. Esses eixos versam sob a força da desfiguração não mais vista ou pensada enquanto força destrutiva e avassaladora, mas ao contrário, como possibilidade apaixonada de interrogar e de des-petrificar formas instituídas. A violência que contém qualquer impressão da força sobre os corpos é aqui curvada, de maneira que a própria força, voltando-se sobre si, crie um caminho inesperado,

inusitado. Ou seja, que essa violência seja aquela mesma da paixão que viola a forma morta do corpo insuflando-lhe vida. Desse modo, a desfiguração é entendida como força capaz de agir face à “*normopatía contemporânea*” ou ao “narcisismo gregário, socialmente gratificado”, nas palavras de Grossman.

Nesse sentido, os artigos aqui reunidos buscam perguntar e percorrer os modos de ação dessas forças desfigurantes. De que maneira elas podem nos desprender das formas duras e imóveis? Seria possível inventar ainda e a cada instante figuras de ação subjetivas ou sociais mais pantanosas e movediças? Qual o risco comum na perda das identidades fixas? Como poderia o crítico hoje mapear estratégias sobre cartas tão móveis? Qual o preço também comum de nos atrelarmos incansavelmente a mesmas formas mortas do ‘eu “, do” outro “, do sujeito ou de um corpo social? Quais os modos de ação política fora dos esquemas de representação de um corpo coletivo monolítico? Apostamos nessa possibilidade de mais uma vez deixarmos o porto em direção ao alto mar. E repetimos com Grossman que “pode ser, que, aí ainda, a desfiguração do corpo político nos ajude a reinventar, longe do culto narcísico do espetáculo e da representação, um espaço vivo, esta carne do social que só reprimimos, como o corpo pré-genital, pagando o preço do vazio e da reprodução da morte: *telenovela* do poder em escala global – TV Globo “.

Reunindo artigos que versam a partir de uma reflexão psicanalítica, política e literária é que desejamos cruzar domínios afins, inquietações comuns, que, no entanto, não buscam nenhuma complementaridade, senão que na própria diversidade buscam deixar falar múltiplas vozes. É assim que no artigo intitulado *Os Corpos Políticos de Marguerite Duras*, a autora indaga a passagem e a crise do paradigma marxista, tal qual imposto pelo Partido Comunista francês à época de Duras, e a re-invenção na escrita da possibilidade de sair de um corpo Uno e identitário em direção às vozes despersonalizadas da literatura e da filmografia dessa escritora. Assim Grossman observa: “(...) há em sua multiplicidade de vozes, as vozes da perda, da destruição, da “despessoa”, a constatação extremamente acurada da falência de nossos sistemas de representação, de delegação – essas formas esgotadas dos poderes e dos partidos”.

No artigo intitulado *Expressão ou Pressão: Desfigurações poético-plásticas em Antonin Artaud*, Ana Kiffer também parte de uma reflexão acerca do literário mas que, como no caso de Grossman com Duras, visa dificultar, senão

impossibilita, a apreensão de um corpo de escrita enquanto representação de gênero. De qualquer gênero. Neste texto trata-se, sobretudo, de indicar os modos de funcionamento da desfiguração como ferramenta que possibilita a destituição do texto literário como lugar de produção unificadora de sentido. Encontra-se aí uma reflexão sobre o funcionamento das forças sobre os sentidos, os significados ou as formas instituídas. Trata-se de um modo de sair dos paradigmas dicotômicos: homem-mulher, dentro-fora, corpo-alma etc. que perseguem e atormentam a aventura de Artaud. Ou como disse a autora, se quer “pensar o regime da escrita e dos corpos num trabalho sobre o corpo da língua -a própria letra- que para além dela encarna doravante a necessidade em se destituir os paradigmas dicotômicos que ainda sustentam, e muito, nossas apreensões do homem e do mundo”. A saída dos paradigmas dicotômicos reverbera mais uma vez o desejo de uma ação política que abraça ao mesmo tempo o comum e o qualquer. Uma aproximação às vozes múltiplas que destituem o personalismo literário que parece, mais uma vez, querer invadir e dominar, centralizando e escasseando as ações culturais e artísticas contemporâneas.

Retomando o artigo de Grossman, se poderia dizer que através dessas experiências artísticas e subjetivas temos a possibilidade de interrogar com maior precisão se ainda “devemos ater-nos a esse poder gramatical e ontológico de dizer Eu?” Ou se: “a liberdade é ainda atributo de um ser consciente, voluntário e intencional?”; ou ainda: “como tentar pensar ‘uma democracia não egológica’?”.

Estas questões permitem ressaltar mais uma vez a importância do questionamento sobre o desejo numa dimensão de diferença e multiplicidade no qual o comum, implicando o qualquer, viabiliza alternativas de criação e reinvenção como possibilidade de abertura para novos modos de pensar e criar.

É justamente nesta direção que caminha o artigo *Sobre o corpo social como espaço de resistência e reinvenção subjetiva*, de Carlos Augusto Peixoto Junior, ao se propor a discutir a imanência do corpo individual ao corpo social. Trata-se, no caso, da constituição de um campo no qual se torna possível resistir às estratégias de captura do poder e reinventar a subjetivação através de novas estéticas da existência. Nesta discussão, o autor procura destacar especialmente as noções de singularidade e individuação como pontos a partir dos quais uma nova visão sobre a comunidade possa ganhar alguma potência constituinte. Com

isso, torna-se viável uma nova concepção de corpo social como espaço potencial comum de construção de singularidades fundadas na reinvenção criativa de si, e compreendidas como formas de experimentação resistentes aos mecanismos de dominação identitária que caracterizam o mundo contemporâneo. Encontra-se aí também uma nova definição para a política baseada na resistência e na reinvenção, a qual implica, nas palavras do autor, em “fazer fugir, traçar uma linha de fuga, criar um novo estilo, uma nova forma de experimentar os mundos individual e coletivo, de modo a fazer do socius uma experiência de construção da realidade onde a produção desejante não seja esmagada, mas potencializada pelas práticas sociais”.

A política do desejo como resistência é abordada pelo viés do reconhecimento jurídico do casal homossexual no artigo de Márcia Arán, que analisa o potencial subversivo e instituinte do debate político atual a propósito deste tema. Segundo a autora, seria “pela reivindicação do estatuto de igualdade de direitos que os reconhecimentos jurídicos, sociais e simbólicos do casal homossexual pode subverter ou pelo menos provocar deslocamentos num dos pilares no qual repousa a moral sexual, qual seja, a diferença sexual, supostamente fundadora da cultura e da subjetividade”. Com isso, Arán também supõe que se possa questionar a necessidade de preservação de certos domínios universais tais como “O simbólico” – assegurado por normas jurídicas e fundado na tríade heterossexualidade/casamento/filiação – para que se possa preservar a cultura. Como se só fosse possível pensar num tipo de produção de subjetividade que tivesse como referência apenas um modelo vertical transcendente (a Lei, a Família e o Estado), desconsiderando as possibilidades horizontais de outras modalidades de subjetivação ou de constituição do comum. Sendo assim, como sugere Michel Foucault, o laço homossexual pode ser uma ocasião histórica para reabrir as virtualidades relacionais e afetivas no tecido social.

Centrando as discussões a propósito do desejo numa vertente mais estritamente psicanalítica e priorizando o campo da “Clínica como política de resistência da vida”, Regina Néri nos mostra como, diante do capitalismo globalizado entendido como máquina de captura e controle de subjetivações trata-se, como indicou Antonio Negri, de encontrar forças subjetivas coletivas de inovação política. Nestas condições, a tentativa empreendida é a de cavar a

partir do ponto mais baixo, onde as pessoas sofrem, onde são mais exploradas, para buscar o que ainda pode resistir às tentativas de homogeneizar a diferença e unificar a multiplicidade. A partir daí, pode-se avaliar em que medida o dispositivo teórico-clínico da psicanálise se constitui como um dos pólos de resistência desejante aos processos de discriminação e exclusão predominantes na cultura atual. Apostando na fecundidade da interlocução crítica das obras de Foucault, Deleuze e Guattari com a psicanálise, a autora se propõe a retomar esse debate menos em termos de oposição e mais na perspectiva de uma interlocução que, potencializando novos devires para a teoria e a prática psicanalíticas, possa levar ao fortalecimento de redes micropolíticas de resistência da vida. Mantida uma tal interlocução, afirma a autora, pode-se “escutar o sintoma como produção de modos de subjetivação, o que implica em conceber a prática e a clínica como um espaço político de acolhimento e gestação de subjetividades que pedem passagem, ouvindo a narrativa do paciente não apenas como uma enunciação individual, mas como um modo singular de dizer uma história que é necessariamente coletiva”.

Ampliando a discussão sobre a resistência para o domínio do trabalho imaterial, Eduardo Rozenhal afirma que este se expressa por sua autonomia frente ao conjunto de relações tradicionais do capital, dada a radicalidade do novo modo de relação trabalhista que ele promove. Assim, a resistência elabora outras práticas normativas que correspondem a um novo conceito de trabalho, independente das figuras teóricas do capitalismo de acumulação. Criticando a noção de identidade e as instituições sociais tais como se encontravam valorizadas no interior da sociedade disciplinar própria ao período industrial, a definição de trabalho imaterial iria ao encontro da necessidade de entendimento do trabalho tal como ele se apresenta na atualidade da sociedade de controle. Com isso, não se colocaria mais a separação tradicional entre os mundos do trabalho e da vida. E, mesmo que a exploração capitalista ainda se exerça hoje em dia, com um número crescente de excluídos, a autonomia da constituição e da dinâmica, bem como a potência inovadora do trabalho imaterial, não poderiam jamais ser tolhidos em seu potencial ou virtualidade. É assim que, conforme sublinha o autor, “o espaço da experiência do trabalho se abre para a contingência da criação ou para os traçados de uma resistência que inscreve a dinâmica da criação no coração do nosso tempo”.

Percorrendo os diversos artigos deste número da revista *Lugar Comum*, nos quais estão esboçadas algumas estratégias possíveis para as desfigurações inventivas dos corpos social e individual, e formuladas algumas linhas abstratas para a formulação de novas políticas do desejo, o leitor poderá perceber que, apesar dos diferentes referenciais, trata-se de repensar a política pela produção de novas subjetividades tendo sempre em conta as novas possibilidades de constituição do comum. Trata-se portanto de buscar uma re-elaboração radical das formas de pensar e sentir padronizadas, as quais, a partir de então, passam a favorecer expressões das singularidades que nunca se identificam a forma do conjunto e tampouco se consubstanciam como indivíduos separados. Como Negri já havia lembrado em suas *Lições sobre o Império*, “a singularidade é feita do conjunto e faz conjunto”. O que de fato mantém de pé a singularidade, mesmo quando ela se apresenta sem substância, é a sua capacidade constituinte, sua potência. Deste ponto de vista, poder constituinte e novas subjetividades qualificam e determinam, de forma marcante, a produção do ser comum. Potência espinosista de um desejo que constitui novas maneiras de existir para o indivíduo social; a multidão como multiplicidade de singularidades criando um dispositivo ao mesmo tempo subjetivo e revolucionário.

Ana Kiffer
Carlos Augusto Peixoto Junior